



### *V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



## **ENTENDENDO A CLASSIFICAÇÃO DAS IES NO BRASIL**

**Vanessa Edy Dagnoni Mondini**

Programa de Pós-Graduação em Administração/FURB

**Maria José Carvalho de Souza Domingues**

Programa de Pós-Graduação em Administração/FURB

RESUMO: As políticas de expansão do sistema de ensino superior nos últimos anos, as regulamentações do setor, e a utilização das tecnologias de informação e comunicação tem tornado os estudos sobre gestão universitários cada vez mais complexos. Apesar de suas especificidades, as instituições de ensino superior (IES) possuem objetivos e estruturas organizacionais onde distribuem responsabilidades e competências, recursos e tecnologias e onde produz serviços a sociedade. Para que isto aconteça é imprescindível que a administração universitária e seus gestores aumentem seus níveis de eficiência e eficácia, resultando na excelência dos serviços prestados, dada a crescente concorrência que o ensino superior vem enfrentando, tanto em termos de criação de novas instituições, como do aumento de vagas. Além destes fatores, a regulamentação do setor educacional brasileiro tende a dificultar a compreensão dos conceitos e da própria classificação das IES. Na verdade, o que permeia estas classificações e regulamentações é a questão da autonomia universitária, que vai além dos dispositivos legais, e abrange aspectos culturais e regionais, entre outros. Desta forma, objetiva-se contribuir para o



*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



esclarecimento dos conceitos de organização das IES, baseando-se na legislação brasileira que classifica as IES, no que tange à organização administrativa, acadêmica e da formação superior. Aliado a isto, o trabalho apresenta uma panorâmica desta classificação no Estado de Santa Catarina. Ao analisarem-se os critérios de organização acadêmica, administrativa e formativa pode-se observar que, apesar das várias regulamentações e políticas do Ministério da Educação (MEC), estas conceituações para os centros universitários, faculdades isoladas e faculdades integradas, continuam imprecisos, oportunizando o surgimento de dúvidas freqüentes, não contribuindo, como o esperado, para a melhoria da problemática da qualidade do ensino superior e da autonomia da gestão universitária. Com relação à classificação das IES em Santa Catarina, percebe-se que apesar da região sul, e de Santa Catarina de forma mais específica, ter tido uma forte tendência expansionista no que se refere ao ensino superior, o estado catarinense apresenta altos índices de estudantes matriculados no ensino superior nos seus diferentes níveis, tendo-se destacado também pela qualidade de seus cursos. Tal fato, acredita-se tenha sido em decorrência da forma de organização de suas IES. Cabe destacar que em Santa Catarina, ao contrário dos demais estados da região sul, a expansão do sistema de ensino superior deu-se na iniciativa privada, com destaque maior para as instituições de caráter comunitário.



### *V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



## 1 INTRODUÇÃO

Muitas alterações ocorreram na educação superior dos últimos anos como: massificação e progressiva heterogeneidade dos estudantes, redução de investimentos do setor público, novas orientações na formação e a incorporação das novas tecnologias e o próprio ensino a distância.(ZABALBA, 2004). Na maioria dos estudos sobre gestão universitária constata-se que a universidade, enquanto organização complexa, tem passado por um processo de reestruturação e adaptação frente aos diversos desafios, podendo-se destacar: a expansão do sistema de ensino superior, o aumento do controle externo via avaliações, as regulamentações em decorrência da Lei 9394/96 (conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), a utilização das tecnologias de informação e comunicação, bem como a necessidade de padrões gerenciais mais eficientes e eficazes.

Apesar de suas especificidades, as Instituições de Ensino superior (IES) possuem objetivos e estruturas organizacionais onde distribuem responsabilidades e competências, recursos e tecnologias e produzem serviços demandados pela sociedade (Meyer Jr, 2000). Para que isto ocorra, de forma ordenada, entretanto, é necessário que estes objetivos, ações e resultados sejam integrados por meio de pessoas e relacionamentos. Para Meyer Jr. (2000), o papel da administração e de seus gestores reveste-se, atualmente, de maior importância frente aos seguintes fatores: volume significativo de recursos administrados; grande número de instituições que integram o sistema; quantidade de pessoas que participam direta ou indiretamente das atividades do



*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



sistema; necessidade de adequação das instituições frente à nova realidade caracterizada por mudanças que influenciam a essência do trabalho acadêmico; a forma da prestação de seus serviços e o reconhecimento da importância da educação superior para o desenvolvimento do país.

Entre outros pontos que podem ser destacados, as classificações existentes para identificar as IES apresentam-se de várias formas, fator que pode acabar prejudicando a compreensão e gerando conflito de nomenclaturas a respeito destas organizações. Contribuir para a elucidação de alguns conceitos referentes à estrutura e à organização das IES brasileiras, e de forma mais específica as do Estado de Santa Catarina, constitui-se no objetivo geral de pesquisa.

## **2 OS DIFERENTES TIPOS DE ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS**

As IES são classificadas pela Lei 9.394/96, nos artigos 16 e 20 e, posteriormente, por alguns decretos que a complementam, mais especialmente o Decreto 3.860/2001, que regulamenta as universidades, centros universitários, faculdades integradas e isoladas.

Nesta legislação, basicamente, as IES brasileiras são organizadas por critérios acadêmico, administrativo e de formação. No entanto, tais diferenciações ainda podem suscitar dúvidas e revelar a heterogeneidade de formas e de interesses que compõem o espaço do ensino superior no Brasil.



### *V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



## 2.1 A ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

A organização acadêmica classifica as IES quanto à competência e responsabilidade. Constituem-se, portanto, em IES aquelas que oferecem cursos superiores, em pelo menos uma de suas diversas modalidades, bem como cursos de pós-graduação.

O Ministério da Educação (MEC) classifica as IES em dois tipos: instituições universitárias e não universitárias.

1) **Instituições Universitárias** – As instituições universitárias são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão. Por sua vez, as instituições universitárias são divididas em : universidades, universidades especializadas e centros universitários.

- As **universidades** são entendidas enquanto instituições pluridisciplinares, que podem ser públicas ou privadas, e objetivam a formação de quadros profissionais de nível superior e desenvolvem regularmente atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- As **universidades especializadas** podem ser entendidas como IES, públicas ou privadas, que atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.



*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



- Os **centros universitários** são IES, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar. Os seus limites de autonomia são definidos no Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI).

2) **Instituições não universitárias** – Dividem-se em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Centros de Educação Tecnológica (CETs), faculdades integradas, faculdades isoladas e institutos superiores de educação.

- **CEFETs e CETs** – constituem-se em IES, públicas ou privadas, pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica. Além do ensino superior, podem ministrar o ensino técnico, em nível médio.
- **Faculdades Integradas** – São igualmente IES, públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento. Tem o regimento unificado e é dirigida por um diretor geral. Pode oferecer cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos seqüenciais e de especialização e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). As faculdades integradas compreendem vários cursos, mas não precisam obrigatoriamente desenvolver pesquisa e extensão como as universidades.
- **Faculdades Isoladas** - São IES, públicas ou privadas. Com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, são vinculadas a



*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



um único mantenedor e com administração e direção isoladas. Podem oferecer cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos seqüenciais e de especialização e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

- **Institutos Superiores de Educação** - São IES, publicas ou privadas, que ministram cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos seqüenciais e de especialização, extensão e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

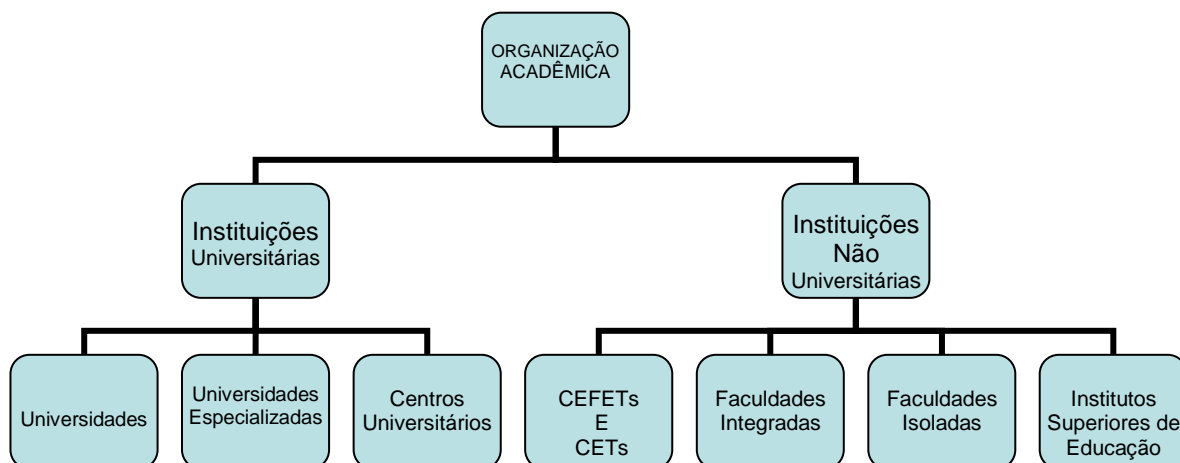


Figura 1- Organização acadêmica das IES.

Fonte: os autores

## 2.2 A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Esta classificação é apresentada em função da natureza jurídica de suas mantenedoras, em pública e privada, e baseada na Lei 9.394/96, nos artigos 16 e 20, e na legislação mais específica.

As **instituições públicas** são criadas (por projeto de lei de iniciativa do poder executivo e aprovado pelo poder legislativo) ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público, estando classificadas em:

- **Federais** - mantidas e administradas pelo Governo Federal;
- **Estaduais** - mantidas e administradas pelos governos dos estados;
- **Municipais** - mantidas e administradas pelo poder público municipal.

Já as **instituições privadas** são mantidas e administradas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado (devendo obter credenciamento junto ao Ministério de Educação) e dividem-se, ou se organizam, entre instituições privadas com fins lucrativos ou privadas sem fins lucrativos. Podem se organizar como:

a) **Instituições privadas com fins lucrativos** ou **particulares em sentido estrito** são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

b) **Instituições privadas sem fins lucrativos**, podem ser quanto à vocação social:





*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



b.1) **Comunitárias** – Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade.

Esta forma organizacional tem a peculiaridade de manter elementos típicos de uma instituição pública e privada. Pública por incorporarem em seus colegiados representantes da comunidade e privada por apresentarem autonomia e independência para gerir orçamentos e tomar decisões administrativas. (TRIGUEIRO, 2005).

b.2) **Confessionais** - Constituídas por motivação confessional ou ideológica. Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;

b.3) **Filantrópicas** - Aquelas cuja mantenedora, sem fins lucrativos, obteve junto ao Conselho Nacional de Assistência Social o Certificado de Assistência Social. São as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005

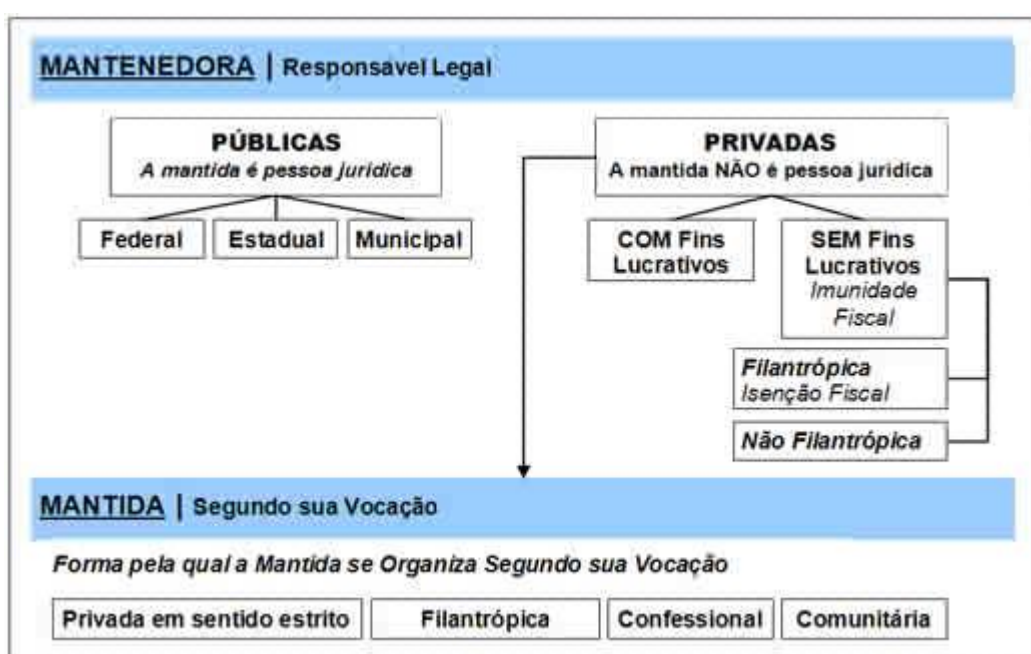


Figura 2 – Organização administrativa das IES

Fonte: MEC, 2005

### 2.3 ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

O ensino superior no Brasil inicia-se com cursos de graduação ou seqüenciais, que podem oferecer diferentes possibilidades de carreiras como acadêmica ou profissional. Dependendo da escolha, pode-se aperfeiçoar a formação com cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* ou *Lato Sensu*. Conforme a Lei 9394/96 o ensino superior brasileiro tem por base um tripé: o



*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



ensino, a pesquisa e a extensão, cada qual com sua aplicação específica ao curso em questão.

- Pós-Graduação – Lato Sensu. Estes cursos têm duração mínima de 360 horas, não computando o tempo de estudo individual ou em grupo e sem assistência docente. Direciona-se ao treinamento nas partes de que se compõe um ramo profissional ou científico e confere certificado aos seus concluintes. Os cursos de pós-graduação Lato Sensu, geralmente, têm um formato semelhante ao dos cursos tradicionais, com aulas, seminários e conferências, ao lado de trabalhos de pesquisa sobre os temas concernentes ao curso.
- **Pós-Graduação – Stricto Sensu** - Os cursos de Stricto Sensu são direcionados para a continuidade da formação científica e acadêmica, como mestrado e doutorado, de alunos com nível superior. Cabe à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sua regulamentação.



V Coloquio Internacional sobre Gestão Universitária em América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005

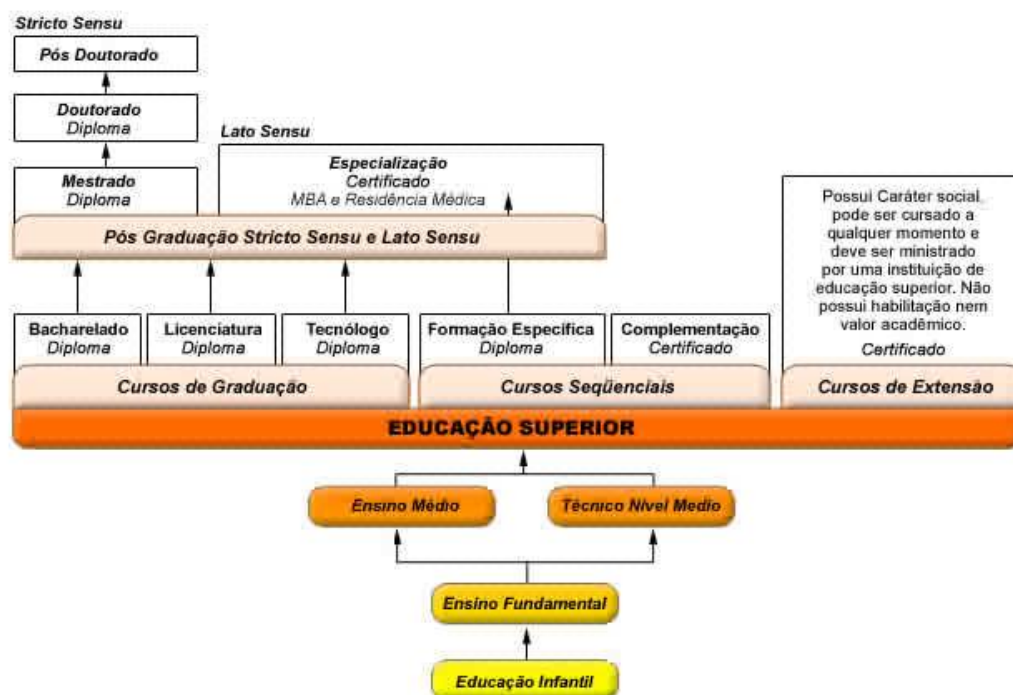


Figura. Organização da formação do ensino superior

Fonte: MEC, 2005

O gráfico 1 mostra a evolução do número de instituições, por natureza, no Brasil, no período de 1980-2001.



*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005

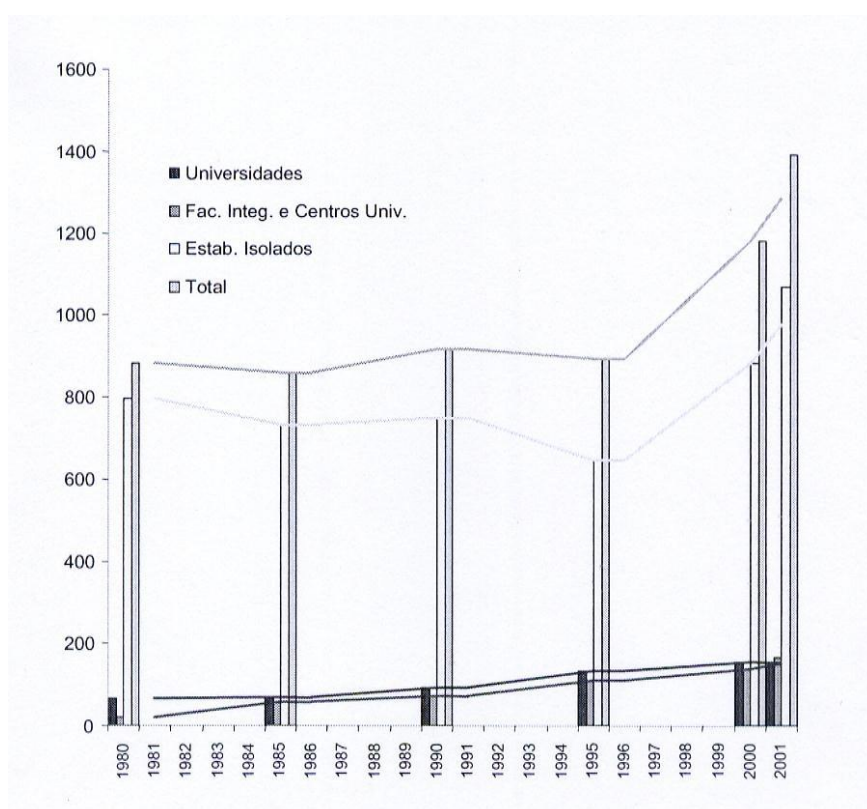


Gráfico 1 - Evolução do número de Instituições, por natureza – Brasil 1980-2001.

Fontes: Ensino Superior – Evolução 1980-1998 (MEC / INEP / SEEC) e Sinopses Estatísticas dos Censos do Ensino Superior 1999; 2000 e 2001 (MEC / INEP). Atualização dos autores.

### 3 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA CATARINA



*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Os últimos anos podem ser reconhecidos por algumas alterações que ocorreram na educação superior, destacando-se, entre outros: massificação e progressiva heterogeneidade dos estudantes, redução de investimentos do setor público, novas orientações na formação e a incorporação das novas tecnologias e o próprio ensino a distância. (ZABALZA, 2004)

As regiões sul e sudeste foram as regiões que mais demonstram estas tendências. Na região sul, o estado do Paraná tem 187 IES existentes - 22 são públicas. O Rio Grande do Sul possui 103 IES - 10 públicas. No entanto, o Estado de Santa Catarina teve um desenvolvimento diferente com relação ao investimento público na educação superior. Conforme os dados do MEC (2005), o sistema educacional catarinense é composto por 109 IES - 7 públicas. Ao todo, são 102 instituições privadas em Santa Catarina. De acordo com sua formação acadêmica, as IES catarinenses são divididas em 54 faculdades, 12 universidades, 7 institutos superiores de educação, 3 centros universitários e 3 faculdades integradas.

Segundo dados da Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE, 2005), a evolução do ensino superior em Santa Catarina deu-se por iniciativa da própria comunidade. Como o setor público não atendia ao apelo desta comunidade, iniciativas do setor privado procuraram suprir esta carência. Com seus pólos de desenvolvimento econômico em total expansão, Santa Catarina contava na década de 60, com apenas com duas universidades na capital do estado, na cidade de Florianópolis, sendo a formação superior uma exigência para o crescimento do Estado. Em 1974, foi



### *V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



criada a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), na forma de instituição civil sem fins lucrativos, tendo como finalidade congregar as fundações educacionais criadas pelo governo do estado e pelas prefeituras de cidades do interior de Santa Catarina. Os seus objetivos foram, desde então, promover o desenvolvimento das instituições mantidas por essas Fundações e de implementar atividades de interesse comum que assegurem a melhoria da qualidade do ensino superior no Estado de Santa Catarina (ACAFE, 2005).

Nestes últimos vinte anos, a maioria das instituições congregadas pelo sistema ACAFE transformou-se em universidades e em centro universitários, com abrangência em todo território catarinense.

Atualmente, a oferta dos cursos superiores alcança todas as áreas de conhecimento e as Instituições fundacionais são responsáveis por 70% das matrículas do ensino superior no estado.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com Porto; Reginer (2003), apesar de as instituições públicas de ensino apresentarem um crescimento (instituições, vagas ofertadas, número de cursos, etc.), muito mais lento em relação ao segmento privado, é nele que se concentra a maior procura, fator justificado pela perda de poder aquisitivo do público alvo ou pela expansão do ensino para lugares onde o poder aquisitivo seja mais baixo. Já a demanda em termos relativos



*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



para as IES privadas, encontra-se em retração – fato comprovado pela redução na relação candidatos-vaga neste segmento. Apesar desta retração, ainda de acordo com Porto; Reginer (2003), foi o setor privado o responsável pela maior parte da educação brasileira. São, atualmente, cerca de 1.800 mil estudantes freqüentando as quase mil instituições do país.

O estado de Santa Catarina possui características diferentes dos demais, devido às suas condições econômicas privilegiadas. Neste contexto, estas características também se refletem no ambiente educacional. Apesar do número de cursos de graduação serem oferecidas pelo setor privado, as suas instituições receberam nas avaliações do Exame Nacional de Cursos (ENC), posição de destaque em termos de qualidade no cenário nacional.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS - ACAFE. [Instituições de ensino credenciadas]. Disponível em: <<http://www.acafe.org.br>>. 2005. Acesso em: 19 outubro 2005.

BRASIL. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. In: SAVIANI, Dermevel. **A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997

BRASIL. Ministério da Educação. [Classificação das instituições de ensino superior]. Disponível em: <http://www.mec.org.br>. 2005. Acesso em 15 outubro 2005.

BRASIL. Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais. [Distribuição geográfica das IES]. Disponível em: <http://www.inep.org.br>. 2005. Acesso em 15 outubro 2005.





*V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur*

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



MEYER Jr, V. Novo contexto e as habilidades do administrador universitário In: MEYER Jr, Victor., MURPHY, Patrick (Org.). **Dinossauros, gazelas e tigres:** novas abordagens da administração universitária: um diálogo Brasil e EUA. Florianópolis: Insular, 2000.

PORTO, Cláudio; REGINER, Karla. **O ensino superior no mundo e no Brasil** – condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2005. Disponível em: <http://www.mec.org.br>. 2005. Acesso em: 17 outubro 2005.

TRIGUEIRO, Michelangelo Gioto Santoro. **Gestão da educação superior no Brasil**. Disponível em: <http://www.mec.org.br>. 2005 Acesso em: 17 outubro 2005.

ZABALBA, Miguel A. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.